

# As posposições e a estrutura dos eventos

Andrés Pablo Salanova

Versão de 5 de Setembro de 2011

## 1 Introdução

Se nos perguntarmos qual é a semântica de uma adposição numa oração eventiva, tal como (1), sem dúvida pensaremos em primeiro lugar no muito citado artigo de Davidson (1967), propondo para a oração eventiva algo assim como (2):

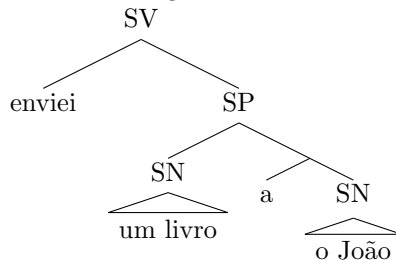
- (1) O menino dançou para nós por uma hora.
- (2)  $\exists e.\text{dançar}(e).\text{Ag}(e)(\text{o menino}) \wedge \text{Benef}(e)(\text{nós}) \wedge \text{Dur}(e)(\text{uma hora})$

Dada esta semântica, o papel de cada adposição seria o de descrever uma maneira de um referente nominal se relacionar com o evento descrito pelo verbo. Dito de outro modo, cada adposição introduz um participante com um papel temático específico.

Outra semântica possível das adposições, não só em orações eventivas senão também em sintagmas nominais e outras construções, não relaciona sintagmas nominais com eventos senão com outros sintagmas nominais. Isto, que tem antecedentes em Larson (1988), é dado como o sentido fundamental das adposições em Hale e Platero (1996) (ver também Hale e Keyser 1993). Tome-se por exemplo a frase seguinte:

- (3) Enviei um livro ao João.

Em linha com o dito pelos autores acima citados, poderíamos atribuir a esta frase uma estrutura parcial como a seguinte:



O verbo *enviar* relacionaria um evento com outro, o da ação de enviar e o da transferência de posse do livro. A natureza exata dessa relação (i.e., se é uma relação de causação ou de simples concomitância dos eventos) não nos interessa;

o que é importante é que para expressar uma transferência, uma posposição relaciona diretamente dois sintagmas nominais.

Resumindo estas duas possibilidades, teríamos as seguintes denotações:<sup>1</sup>

(4)  $\lambda x.\lambda e.\text{Papel-Temático}(e, x)$

(5)  $\lambda x.\lambda y.\text{Relação}(x, y)$

No entanto, é fato conhecido que em muitos casos as adposições, além dos usos descritos acima, têm também um uso gramatical. O exemplo mais transparente disto é o da adposição *por* utilizada na construção passiva. Como já notou Marantz (1984), esta adposição não atribui um papel temático específico ao seu argumento:

- (6) a. João foi empurrado pela Maria. (AGENTE)
- b. João foi visto por todos. (EXPERIMENTADOR)
- c. A encomenda foi recebida pelo destinatário. (ALVO)

O que acontece neste caso é que o argumento da adposição recebe, de maneira indireta, o papel temático que a forma ativa do verbo atribuiria ao seu sujeito.

Um caso um pouco menos transparente é o da adposição *a* para marcar certos objetos em Espanhol. Cuervo (2003) nota que um objeto indireto marcado por esta adposição pode ser um destinatário ou um alvo, como se vê em (7). No entanto, se o clítico dativo está presente, a leitura em que o dativo introduz um alvo é bloqueada (cf. (8)):

- (7) a. Envié un paquete a Francia.  
mandei um pacote a França  
“Mandeí um pacote à França.”
- b. Envié un paquete a Juan.  
mandei um pacote a Juan  
“Mandeí um pacote ao João.”
- (8) a. # Le envié un paquete a Francia.
- b. Le envié un paquete a Juan.

Neste caso, poderíamos dizer que o papel temático do complemento da adposição depende não só da adposição, senão de um elemento adicional externo ao sintagma adposicional, o clítico *le*.<sup>2</sup> De fato, segundo Cuervo (op. cit.), trata-se de duas construções completamente diferentes, uma das quais (aquela com

<sup>1</sup>O leitor notará que estas denotações parecem com aquelas propostas por Pylkkänen (2008) para os aplicativos altos e baixos, respectivamente. Para simplificar a discussão, não trazemos à tona aqui a identidade entre aplicativos e adposições, proposta já por autores como Baker (1988).

<sup>2</sup>Caso o leitor suspeite que (8a) não tem a leitura desejada porque *le* exigiria um objeto indireto humano ou animado, oferecemos as orações seguintes como contraexemplo:

Le encontré una solución al problema.

Le puse sal al caldo.

*le*) teria um elemento aplicativo encoberto que licencia um benefactivo, e neste caso a adposição *a* teria uma função puramente gramatical.

Em conclusão, e falando de maneira mais geral, podemos dizer que as alternâncias de estrutura argumental tomam geralmente a forma (9):

$$(9) \quad V(\dots) (P_\alpha) SN_i(\dots) \rightarrow V(\dots) P_\beta SN_i(\dots)$$

Enquanto que em alguns casos é possível constatar diferenças de sentido entre as duas construções que podem ser atribuídas diretamente à contribuição semântica das adposições, em outros, mais “gramaticalizados”, a adposição cumpriria principalmente uma função gramatical. Determinar em que categoria entra cada caso de alternância de estrutura argumental examinado em uma língua particular nem sempre é tarefa fácil, e neste trabalho não temos a pretensão de generalizar automaticamente as nossas conclusões a casos superficialmente similares ao que examinaremos.

Este é portanto o quadro geral para tratarmos de um problema particular: o uso da posposição *o* do Mëbengokre para criar uma construção causativa.

## 2 O problema

Em Mëbengokre, existe a seguinte alternância de estrutura argumental:

- (10) a. ba pi'òk ngrà  
1NOM papel espalhar.V  
“Espalhei os papéis.”
- b. pi'òk nẽ aj-ngrà  
papel NFUT AJ-espalhar.V  
“Os papéis se espalharam.”
- c. ba pi'òk o=aj-ngrà  
1NOM papel O=AJ-espalhar.V  
“Espalhei os papéis.”

Como pode ver-se nestes exemplos, o prefixo *aj-* torna um verbo transitivo em intransitivo. Como no passivo de línguas melhor conhecidas, o argumento que é suprimido é o agente ou causante, isto é, o argumento externo. Este pode ser reintroduzido se, além de *aj-*, está presente o proclítico verbal *o=*.

A alternância seria idêntica à voz passiva do português ou inglês se não fosse pelo fato que o argumento agente ou causante reintroduzido em (10c) aparece em um caso direto:

- (11)
- |                    |                  |                    |
|--------------------|------------------|--------------------|
| João<br>(NOM)      | espalhou         | os papéis.<br>(AC) |
| Os papéis<br>(NOM) | foram espalhados | por João.<br>(OBL) |

(12)

João	pi'ôk	ngrà.
(NOM)	(AC)	
↓	↓	
João	pi'ôk	o=aj-ngrà.

No que resta desta seção, mantemos que a identificação do prefixo *aj-* com a voz passiva é correta, e mostraremos que o elemento *o=*, que reintroduz o agente, deve ser considerado uma adposição instrumental. Na seção 3, apresentamos uma análise da construção baseando-nos em Baker et al. (1989), e explicamos a peculiaridade de o agente ser reintroduzido no caso nominativo. Finalmente, na seção 4 apresentamos e discutimos algumas complicações.

Suponhamos, então, que em (10) temos um alternância entre uma construção ativa e uma passiva, com e sem reintrodução do agente. Defender que isto é assim diante de outras possibilidades (i.e., que *aj-* seja uma espécie de reflexivo, ou algum outro tipo de intransitivizador) nos imporia uma discussão conceitual que pouco nos ajudaria na interpretação dos dados. Por este motivo, passaremos por cima do elemento *aj-*, e nos concentraremos imediatamente no elemento *o=*.

Enquanto que o *o=* nas construções que examinamos aqui parece ser um proclítico verbal que não permite que nenhum sintagma nominal intervenha entre ele e o verbo, há muitos usos documentados em que *o* é um enclítico nominal.<sup>3</sup>

Nestes casos, não duvidaríamos em considerar que *o* é uma posposição, dada a sua distribuição idêntica à de outras posposições da língua. O sentido de *o* seria aproximadamente o de instrumental ou comitativo assimétrico (“*levo* junto comigo” vs. o mais simétrico “*vamos* juntos”). Os casos mais transparentes do uso instrumental da adposição *o* encontram-se quando o predicado principal é um verbo transitivo:

- (13) a. ba kàx o tep nhirênh  
 1NOM faca O peixe cortar  
 “Cortei o peixe com faca.”
- b. ba bô o ami-m kikre  
 1NOM palha O REFL-DAT casa  
 “Faço casa pra mim com (teto de) palha.”

<sup>3</sup>De fato, na ortografia mais difundida para o Mëbengokre, *o* escreve-se junto com o sintagma nominal que o precede, como os demais enclíticos nominais e, em particular, as adposições, inclusive em casos como o do segundo exemplo, em que o seu uso parece mais próximo do uso gramatical deste elemento (exemplos obtidos de Vários autores 1996):

... kônkrão nhÿn kum rax jarên ... (Mat 8:2)  
 joelho-o sentar a.ele grande dizer  
 “... ajoelhou-se [sentou-se com os joelhos] e alabou-o.”

... Jeju ã meo mexo bao ane. (Mat 8:17)  
 Jesus assim gente-O bem-O estava-O fazer  
 “... assim ia Jesus fazendo o bem às pessoas. [lit., fazia assim com estando com o bem com as pessoas]”

O sentido “comitativo assimétrico” aparece de maneira mais clara quando o verbo principal é um verbo intransitivo de movimento; nestes casos, o complemento de *o* é um acompanhante, possivelmente involuntário, do sujeito da ação:

- (14) ba      kire mã tẽ  
       1NOM casa a    ir.V  
       “Vou pra casa.”
- ba      kire mã tep    o tẽ  
       1NOM casa a    peixe O ir.V  
       “Levo o peixe pra casa.”

Mesmo em construções com verbos intransitivos de movimento, a leitura estritamente instrumental não está excluída, mesmo que nestes casos ela se expresse preferencialmente com a adposição locativa *’ã*:

- (15)a. kãmrañhtỳx ’ã kire mã tẽ  
       carro            em casa para ir.V  
       “Vou pra casa de carro.”

Finalmente, ressaltamos algo que já dissemos acima: que mesmo nos casos em que o elemento *o* não é estritamente uma adposição instrumental senão comitativa, ele não permite uma leitura comitativa “simétrica”; para ter esta leitura, é necessário utilizar a adposição *kôt*, ou a conjunção *mẽ* junto com o advérbio flexionável *ro’ã*:

- (16) ba      i-kamy kôt tẽ  
       1NOM 1-irmão com ir.V  
       “Fui com o meu irmão.”
- (17) ba      i-kamy mẽ i-ro’ã tẽ  
       1NOM 1-irmão e    1-junto ir.V  
       “Eu e meu irmão fomos (nós) juntos.”

Tendo portanto estabelecido que *o* é uma posposição instrumental, resta-nos dizer que não é implausível que seja esta mesma adposição a que reintroduz os sujeitos “demovidos” pela passivização. De fato, o instrumental está entre os reintrodutores de “agentes” de passiva mais comumente encontrados nas línguas do mundo. Damos como exemplo o Russo, em que o instrumental é um caso morfológico, e o Purépecha (dados de Chamoreau 2008), em que é uma adposição:

- (18) a. voditel’    ostnavlivaet mašinu  
       motorista parar            carro  
       “O motorista para o carro.”
- b. mašina ostanavlivaetsja milicionerom  
       carro parar.PASS            policial.INSTR  
       “O carro é parado pelo policial.”

- (19) Maria intskunasti ma karakata Pablu ximpo  
 Maria dar.PASS um livro Pablo INSTR  
 “Um livro foi dado à Maria pelo Pablo.”

Estes são os casos que gostaríamos de comparar à “voz passiva” do Mëbengokre. Nas orações seguintes, similares às de (10), a estrutura é superficialmente a mesma que encontramos em (14). Porém, quando o predicado principal é um verbo passivizado mediante *aj-*, é impossível falar em posposição instrumental sem acrescentar uma aclaração sobre o seu uso gramatical: o participante que é introduzido nos exemplos (20b) e (21b) é justamente o sujeito suprimido pela passivização:

- (20) a. ngôj nê aj-kate  
 panela NFUT AJ-quebrar.V  
 “A panela quebrou.”  
 b. ba ngôj o= aj-kate  
 1NOM panela O AJ-quebrou.V  
 “Quebrei a panela.”  
 (21) a. pi’ôk nê a-kuno  
 livro NFUT AJ-perder.V  
 “O livro se perdeu.”  
 b. ba pi’ôk o= a-kno  
 1NOM livro O AJ-perder.V  
 “Esqueci o livro.”

O participante que é introduzido na construção (20b) é o mesmo que é sujeito na construção ativa com o verbo *kate*, “quebrar”. No caso de *akuno*, a semântica da construção passiva é ligeiramente idiomática, mas, como em *aj-kate*, o participante que é reintroduzido é o agente da construção ativa.

A grande ressalva, já mencionada acima, tem a ver com a realização morfológica do argumento introduzido. Porque, ao contrário de (20b), não temos algo como em (22), em que a morfologia de instrumental está presente diretamente no sujeito reintroduzido, como em Purépecha e Russo?

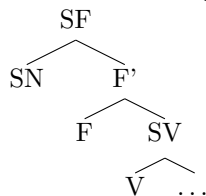
- (22) \*ij-o ngôj aj-kate  
 1-O panela AJ-quebrar.V

Para argumentar em favor de nossa intuição diante deste aspecto problemático da construção, precisamos primeiro entrar nos pormenores da análise.

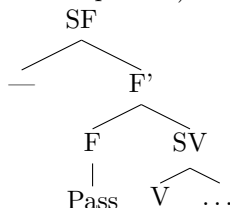
### 3 Uma análise

O que proporemos agora para exemplos como (20) e (21) baseia-se na proposta de Baker et al. (1989) para as construções passivas do inglês. Expomos esta idéia de maneira resumida a seguir, sem nos preocupar por seguir ao pé da letra a formalização destes autores.

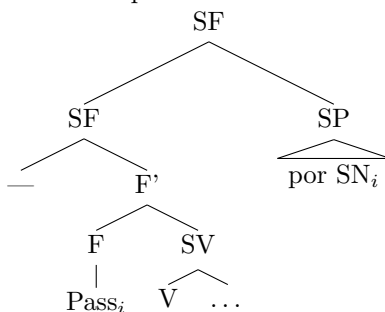
O argumento externo de um verbo é um sintagma nominal no especificador do sintagma flexional (SF). A maneira como ele estabelece uma relação temática com o verbo é indireta, e não nos preocuparemos por estabelecê-la aqui, além de dizer que ela pode ser estabelecida nesta configuração:



Segundo Baker et alii (op. cit.), o morfema do passivo absorve o papel temático externo de um verbo. Isto é, funciona como o seu sujeito, mesmo que se manifeste como morfologia verbal (o — representa a posição do sujeito da oração ativa, deixada vazia em virtude da relação temática que já existe entre o sintagma verbal e o morfema de voz passiva):



Os autores fazem uma analogia entre o morfema de voz passiva e um clítico pronominal como o que se encontra nas línguas românicas. Como em algumas destas línguas, o clítico pode ser “duplicado” por um sintagma nominal. No caso específico do passivo, este seria o agente reintroduzido pela adposição *por*. Nestes casos, *por* não teria conteúdo semântico, e, em particular, não atribuiria nenhum papel temático ao seu complemento:

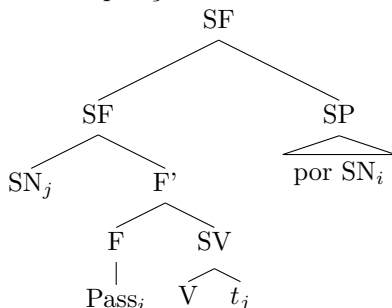


Isto é o que a voz passiva faz em termos de relações semânticas. Passemos ao que ocorre em termos de atribuição de caso.

A passivização respeita o que costuma chamar-se a “generalização de Burzio”: a possibilidade de marcar um argumento no caso acusativo está atrelada à atribuição de papel temático a um argumento externo. A morfologia de voz passiva, ao absorver o papel temático externo e impedir que este seja atribuído diretamente a um sintagma nominal no especificador de SF, elimina ao mesmo tempo a possibilidade de o verbo atribuir caso acusativo a um de seus comple-

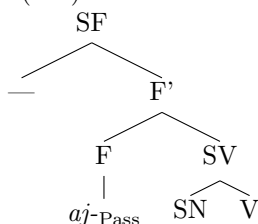
mentos.

Com isto, obtemos aquilo que vemos ocorrer na passiva: o complemento do verbo, sem caso, tem que mover-se à posição do especificador de SF, deixada “vaga” pela passivização. Nesta posição obterá o caso nominativo:



Passemos agora ao que ocorreria em Mëbengokre.

Propomos que para (20a) e (21a) teríamos inicialmente o seguinte:



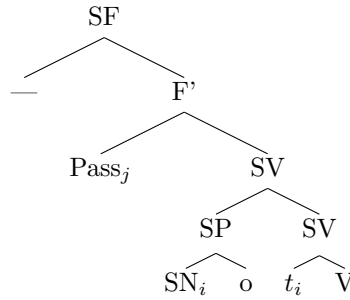
Como na passiva em Português, o sintagma nominal que é interno ao SV se move à posição de especificador de SF, que é atemática em virtude do morfema de voz passiva, e recebe caso nominativo.

As coisas começam a diferir da construção passiva do Português quando o agente é reintroduzido: se bem *o* parece uma posposição, a forma em que o caso é atribuído na construção passiva com agente, exemplificada em (20b) e (21b), é tal que *o* atribui caso não ao argumento que é introduzido, senão àquele que já estava aí em (20a) e (21a).

Se não tentarmos forçar demais a analogia com a construção passiva do Português, veremos que não há nenhum paradoxo aqui. Vamos por partes.

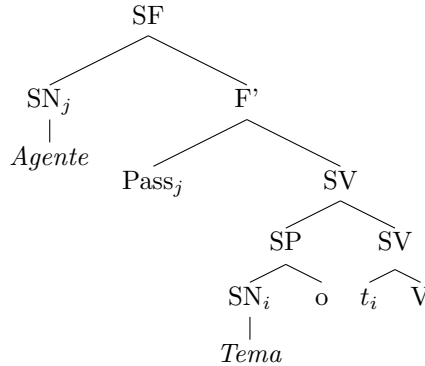
Em primeiro lugar, ao contrário do que ocorre com o sintagma adposicional que introduz o agente na passiva em português, o sintagma adposicional encabeçado por *o* está claramente dentro do SV. Em segundo lugar, lembremos que, como *por* na construção passiva, *o* neste caso não tem qualquer relação temática com o seu complemento. Com isto em mãos, proporemos o seguinte:





Como em Português e Inglês, a absorção do papel temático do argumento externo pelo morfema de passivo comporta também a perda do caso acusativo, deixando o argumento interno sem caso. Quando não há um agente a expressar, este argumento sobe ao especificador de SF para obter caso nominativo. Porém, o Mëbengokre não contaria com uma posposição que possa se adjungir em uma posição suficientemente alta como para atribuir caso a um agente,<sup>4</sup> caso queiramos expressá-lo na construção passiva. O único recurso que existe é um atribuidor de caso dentro do próprio sintagma verbal; este é o *o*. Quando *o* está presente, o argumento interno sobe à posição de complemento de *o*, que é uma posição não temática, pelo mesmo motivo que antes subia ao especificador de SF.

A posição de especificador de SF é também uma posição não temática, onde um sintagma nominal pode receber caso nominativo. Dada esta configuração, existe a possibilidade de um sintagma nominal se apropriar da posição, onde ele poderá ser coindexado com o morfema de passivo, para receber o papel temático de agente:<sup>5</sup>



Antes de passar a alguns problemas levantados por esta análise, queremos fazer uma breve recapitulação sobre a relação que existe entre os usos clara-

<sup>4</sup>Em Salanova (2011) apresentamos a noção de que a adjunção em Mëbengokre é muito limitada, e de fato está restrita a sintagmas adposicionais dentro do sintagma verbal. Não desenvolvemos esta idéia aqui.

<sup>5</sup>O leitor provavelmente queira levantar a objeção de que esta maneira de atribuir um papel temático a um argumento externo não é padrão dentro da teoria de princípios e parâmetros, na qual nos baseamos aqui. Notamos que, em termos de atribuição de papéis temáticos ao argumento externo, o que propomos não difere do que fazem Baker et alii (op. cit.); a única diferença respeito destes autores reside na atribuição de caso ao argumento externo.

mente posposicionais de *o*, e o uso gramatical que ocorre com os verbos na voz passiva. Se tomarmos as duas construções seguintes, veremos que a diferença é simplesmente que em (23) a posposição não atribui qualquer papel temático ao seu complemento, permitindo que essa posição seja preenchida pelo argumento interno que procura um caso, por movimento. Em (24), ao contrário, tudo está no lugar onde é gerado, e as relações temáticas e de caso são todas estritamente locais:

- (23) ba pi'ók o ajngra  
 1NOM papel O espalhar.PASS  
 “Espalho os papéis.”
- (24) ba pi'ók o màtkà nhipêx  
 1NOM papel O avião fazer  
 “Faço aviões com papel.”

Resta dizer que o uso gramatical de *o* só é permitido quando há morfologia de voz passiva nos verbos. Dito de outro modo, o *o* atemático só pode existir dentro de um sintagma verbal que está c-comandado por um  $F^0$  que contém Pass.

## 4 Causação externa e causação interna

Devemos notar, porém, que nem sempre os verbos intransitivizados por *aj-* mudam a expressão dos seus argumentos radicalmente quando *o* é introduzido. Tomemos o exemplo seguinte:

- (25) a. kên nê aj-kamê  
 pedra NFUT AJ-puxar.V  
 “A pedra se mexe.”
- b. ba mûm kên o= aj-kamê  
 1NOM pra.lá pedra O AJ-puxar.V  
 “Puxo a pedra pra lá.”

À primeira vista, este caso é idêntico aos de (20) e (21): um verbo intransitivizado é retransitivizado mediante *o*; o participante afetado pela mudança de estado passa a ser o complemento de *o*, enquanto que o sujeito é o causante da mudança. Porém, exemplos como (25b) apresentam uma sutileza semântica que é crucial para que, em Salanova (no prelo), déssemos a eles uma análise muito diferente:

- (26) Un uso espontâneo de uso de *ajkamê*.  
 ba mûm waxi o= aj-kamê  
 1NOM pra.lá linha O= AJ-puxar.V  
 “Puxo a linha de pesca pra lá (porque pra puxar ela, eu preciso me mexer também).”
- (27) Contexto: estou em um trator, mexendo em terra.

- a. ba pyka kamẽ  
1NOM terra puxar.V  
“Puxo a terra pra fora.”
- b. ba pyka o= aj- kamẽ  
1NOM terra O= AJ- puxar.V  
“Puxo terra pra fora (mas neste caso vamos todos juntos: eu, o trator e a terra).”

O sentido de (27b) implica a construção intransitiva seguinte, algo que representamos de maneira esquemática em (29):

- (28) ba aj- kamẽ  
1NOM AJ- puxar.V  
“Me mexo.”
- (29) oajkamẽ(*a, b*) → kamẽ(*a, b*) ∧ ajkamẽ(*a*)

Se tivéssemos aqui um causativo “clássico”, a implicação seria diferente:

- (30) oajkamẽ(*a, b*) → ajkamẽ(*b*) ∧ CAUSA(*a, ajkamẽ(b)*)  
Interpretação causativa clássica, que não corresponde a (27b), senão a (27a).

Em conclusão, orações como (25b) têm uma estrutura em que o sujeito do verbo que é causativizado continua sendo o sujeito da construção causativa. Isto é, (25b) deve ser tratado como outros verbos de movimento, não derivados mediante um morfema intransitivizador, onde o complemento de *o* é simplesmente um acompanhante:

- (31) ba mũm kën o=aj-kamẽ  
1NOM pra.lá pedra O=AJ-puxar  
Lit., “Me mexo pra lá junto com a pedra.”
- (32) ba kikre mã tep o=tẽ  
1NOM casa a peixe O=ir.V  
“Levo peixe pra casa.” (Lit., “Vou pra casa com o peixe.”)
- (33) ba a-mã a-kĩnhdjà o=bôx  
1NOM 2-DAT 2-presente APL=chegar.V  
“Trouxe um presente pra você.” (Lit., “Cheguei com um presente pra você.”)
- (34) ba aj-o=i-kato  
1NOM 2-O=1-sair.V  
“Levo você pra fora.” (Lit., “Saio com você.”)

A conclusão que precisamos tirar disto é a seguinte: como o *se* do Português, o *aj-* do Mëbengokre tem ao menos duas facetas: em alguns casos, aqueles que exploramos largamente na seção precedente, ele é um morfema de voz passiva; em outros, ele efetua um outro tipo de intransitivização, que por ora chamaremos

simplesmente “reflexiva”. A escolha entre os dois usos de *aj-* não é livre, senão que está determinada pela semântica verbal: em aqueles verbos cuja causação é externa (*quebrar*, *perder*), *aj-* é passivo; em aqueles cuja causação é interna (*mexer*), *aj-* é reflexivo. Estas duas possibilidades coincidem com os dois sabores de *o*, “atemático” e “temático”, respectivamente, que antecipamos acima.

## 5 Assuntos restantes

Precisamos tratar um contexto adicional em que *o* parece ter um uso similar ao que tem nas orações passivas consideradas acima.

Quando o predicado principal é um substantivo ou sintagma nominal, *o* pode ser usado para introduzir um participante que se transforma na entidade denotada pelo sintagma nominal, ou, no caso de o predicado ser um sintagma nominal com leitura “adjetival”, adquire a propriedade denotada por este. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (35) a. i-nhõ bikwa  
1-POS parente  
“meu parente” ou “Tenho parente.”
- b. a-bê i-nhõ bikwa  
2-ES 1-POS parente  
“Você é o meu parente/amigo.”
- c. ba aj-o i-nhõ bikwa  
1NOM 2-O 1-POS parente  
“Fiz de você o meu parente/amigo.”
- (36) a. tep  
peixe  
“peixe” ou “Há peixe.”
- b. wajanga nẽ ku-bê tep  
pajé NFUT 3AC-ES peixe  
“O pajé é um peixe.”
- c. wajanga nẽ ij-o tep  
pajé NFUT 1-O peixe  
“O pajé transformou-me em peixe.”
- (37) a. kupip nẽ mej  
esteira NFUT bom  
“A esteira está em bom estado.”
- b. ba ajte kupip o mej  
1NOM novamente esteira O bom  
“Consertei a esteira.”

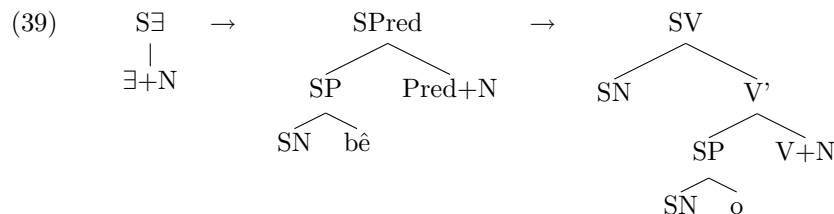
É com base principalmente em exemplos como estes que alguns autores (cf. Oliveira (1998)) consideram que *o* é um verbo leve com sentido causativo. Para uma ponderação desta hipótese, remetemos o leitor a Salanova (no prelo). Aqui

argumentaremos que *o* nestes casos não é nada diferente do que é nas orações passivas, e, de fato, é sintaticamente mais simples.

De fato, não temos aqui uma alternância como temos na passiva, em que argumentos com o mesmo papel temático se expressam em lugares diferentes da estrutura segundo a construção. O que temos é um acréscimo sucessivo de participantes à predicação, segundo a complexidade aspectual do que se quer expressar. Podemos resumir isto assim:

(38)	Construção	Estrutura argumental	Exemplo
	<i>Existencial</i>	Pred	tep
	↓		‘há peixe’
	<i>Essiva</i>	SN-bê Pred	ibê tep
	↓		‘sou peixe’
	<i>Causativa</i>	SN SN-o Pred	ba a-o tep
	↓		‘transformo você em peixe’
	<i>Incoativa</i>	SN Refl-o Pred	ba ami-o tep
			‘me transformo em peixe’

A análise que propomos é simplesmente que os novos argumentos são acrescentados pela morfologia (invisível) que transforma um substantivo existencial em um predicado de mudança de estado:



Isto é, uma raiz nominal pode formar vários predicados denominais: (a) um existencial, sem argumentos; (b) um predicativo/essivo, com um único argumento oblíquo; (c) um causativo ou incoativo, com um argumento oblíquo e um argumento direto. Estas são operações lexicais que só estão disponíveis para as raízes nominais. As raízes verbais, por virem já do léxico com a estrutura necessária para predicar, não têm a mesma flexibilidade em sua estrutura argumental.

## 6 Conclusões

Neste trabalho não oferecemos nenhum contraponto à análise que oferecemos aqui, o qual poderia levar o leitor a pensar que o que propomos poderia não se comparar favoravelmente a uma análise em que *o* é um elemento causativo. Por razões de espaço, não podemos oferecer uma argumentação detalhada aqui. Porém, como já notamos em Salanova (no prelo), todos os usos de *o*, exceto os que são discutidos neste trabalho, não deixam sombra de dúvida de que *o* é uma simples posposição. Ao ligar os usos mais “gramaticais” do *o* a morfemas

específicos do predicado, fazemos um avanço importante com respeito à idéia de que *o* é um elemento causativo: explicamos porque ele só tem o sentido causativo em contextos muito específicos, e não pode ser usado neste sentido de maneira mais geral.

Para concluir,

## Referências

- Baker, M. 1988. *Incorporation: a theory of gramatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- Baker, M., K. Johnson, e I. Roberts. 1989. Passive arguments raised. *Linguistic Inquiry* 20:219–297.
- Chamoreau, Claudine. 2008. Looking for a new participant. The Purepecha passive. Em *Studies in voice and transitivity*, ed. Z. Estrada Fernández, S. Wichman, C. Chamoreau, e A. Álvarez González, 125–143. Munich: Lincom.
- Cuervo, Cristina. 2003. Datives at large. Tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology.
- Davidson, Donald. 1967. The logical form of action sentences. Em *The logic of decision and action*, ed. N. Rescher. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. Reprinted in P. Ludlow (ed.), *Readings in the philosophy of language*.
- Hale, Ken, e Samuel J. Keyser. 1993. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. Em *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, ed. Ken Hale e S. J. Keyser, 53–109. Cambridge, USA: MIT Press.
- Hale, Ken, e Paul Platero. 1996. Navajo reflections on a general theory of lexical argument structure. Em *Athabaskan language studies in honor of Robert W. Young*, ed. Eloise Jelinek, Sally Midgette, Keren Rice, e Leslie Saxon. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Larson, Richard. 1988. On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19:335–391.
- Marantz, Alec. 1984. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Oliveira, Christiane Cunha de. 1998. Some outcomes of the grammaticalization of the verb *o* ‘do’ in Apinajé. Em *Santa Barbara Papers in Linguistics* 8, 57–59.
- Pylkkänen, Liina. 2008. *Introducing arguments*. Cambridge, EUA: MIT Ppress.
- Salanova, Andrés Pablo. 2011. Relative clauses in Mëbengokre. Em *Subordination in South American languages*, ed. Pieter Muysken, Rik van Gijn, e Katharina Haude. Amsterdam: John Benjamins.

Salanova, Andrés Pablo. no prelo. Semántica causativa, sintaxis aplicativa. Em *Actas del coloquio Amazónicas III*. Bogotá: Universidad Nacional.

Vários autores. 1996. *Mētĩndjwỳnh kute mēmã kabẽn ny jarẽnh. O novo testamento na língua Kayapó*. Liga bíblica do Brasil.